

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS PROGRAMAS PIBID E PRP: EXPERIÊNCIAS NA UEMG¹

Andréa Silva Gino ²
Welessandra Aparecida Benfica ³

RESUMO

O texto tem a intenção de apresentar o desenvolvimento dos programas PIBID e PRP no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Nesse sentido, a proposta centra-se na ideia de explicitar a história e a organização dos Programas e também as perspectivas de formação de professores advindas das ações realizadas. As estratégias de formação desenvolvidas ao longo das experiências vivenciadas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e no Programa Residência Pedagógica e a articulação teoria e prática nos diversos cursos de Licenciatura em parceria com as redes públicas de educação básica no sentido de ampliar as possibilidades de aprendizado da prática no campo profissional, são o foco das ações realizadas nas escolas. Inserido em uma perspectiva crítica da formação de professores, o relato aborda as concepções, conceitos e epistemologias de formação defendidas pelos Programas e as perspectivas de formação que valorizam as percepções do professor sobre suas práticas e defendem a realização de ações colaborativas entre acadêmicos e professores das escolas.

Palavras-chave: Formação de Professores, PIBID, PRP, Universidade-Escola de Educação Básica, Teoria e Prática.

INTRODUÇÃO

Grandes preocupações que envolvem o futuro da Educação passam pela formação de professores, o que tem colocado a temática na centralidade dos debates entre estudiosos do campo. O retrocesso das políticas educacionais, experimentado nos últimos anos, desestabilizou a Educação Pública ao mesmo tempo que mobilizou professoras e professores para a luta pela valorização da formação, pela valorização da profissão, pela defesa da presença de uma base identitária na formação de professores consonante com os estudos e pesquisas da área.

No contexto de grandes desafios colocados para a formação de professoras e professores, este trabalho discute as políticas nacionais de formação docente, o Programa

¹ Artigo produzido a partir das experiências nos Programas PIBID e PRP financiados pela Capes

² Professora Doutora da Faculdade de Educação e Coordenadora Institucional do PIBID- Universidade do Estado de MG-UEMG andrea.gino@uemg.br;

³ Professora Doutora da UEMG-Unidade Ibitaré e Coordenadora Institucional do Programa de Residência Pedagógica- Universidade do Estado de MG-UEMG, welessandra.benfica@uemg.br

Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e o Programa Residência Pedagógica - PRP, criados pela Capes e a relação destas políticas com a implementação, consolidação e de desenvolvimento dos referidos Programas na UEMG.

Diversos cursos de formação de professores, incluídas as licenciaturas, realizaram discussões, orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, indicadas pelo Conselho Nacional de Educação (fevereiro, 2002 e julho, 2015), por meio das Resoluções CNE/CP01 e CP02, 2002 e CNE/CP nº.02/2015, com a finalidade de adequar seus projetos pedagógicos às exigências e demandas de formação do profissional que atua na Educação Básica. A preocupação com a formação de professores, com a valorização da profissão docente, com o ingresso e permanência do licenciado na sua profissão mobilizou o governo federal à época. Na perspectiva de atender às demandas para a formação docente, vários programas nacionais de formação de professores foram desenvolvidos, entre eles, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), a Rede Nacional de Formação Continuada, o Pró-letramento, a Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, mais recentemente, o Programa Residência Pedagógica.

Na sequência, abordaremos a história e a organização dos Programas na UEMG e as perspectivas de formação de professores advindas das ações realizadas, a serem descritas posteriormente na metodologia dos trabalhos.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi instituído em 2007, com atividades iniciadas a partir de 2009. Subsidiado pela Coordenação aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PIBID visa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica inserindo licenciandos bolsistas de iniciação à docência (ID) no cotidiano de escolas da rede pública de educação.

Regido pelo Decreto nº. 7.219/10, o Programa está previsto na Lei nº. 12.796/13, que alterou os artigos da LDB nº. 9.394/96 e incluiu o art. 62, §4 e §5, com destaque para o PIBID. Também é citado na Lei nº. 13.005/14, do Plano Nacional de Educação, como estratégia para aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica.

O Decreto nº. 7.219, de 24 de junho de 2010, dispõe que o PIBID cumprirá seus objetivos mediante a concessão de bolsas de iniciação à docência para estudantes de cursos de licenciaturas que desenvolvem atividades em escolas públicas e para os professores responsáveis pela coordenação e supervisão dessas atividades.

De acordo com as orientações da Portaria 45/2018, os projetos institucionais são estruturados contemplando núcleos de iniciação à docência, cada um composto de 24 a 30 discentes, 03 professores da escola e 01 professor da instituição de Educação Superior. Os núcleos agrupam-se por subprojetos, definidos segundo o componente curricular da Educação Básica, para o qual são formados os discentes.

O PIBID teve início na UEMG em 2012, com o projeto institucional intitulado As Licenciaturas da UEMG e a Educação Básica: construindo saberes e práticas docentes, com suas atividades inauguradas no mês de agosto de 2012. Envolveu 12 (doze) cursos de licenciatura das unidades acadêmicas distribuídas pelo estado de Minas Gerais e contou com a participação de 110 bolsistas de iniciação à docência que atuaram, 12 (doze) escolas municipais e 5 (cinco) estaduais.

Dando continuidade ao projeto institucional iniciado em 2012, a UEMG participou do Edital nº. 061/2013, e encerrou suas atividades em fevereiro de 2018 com a participação de 235 bolsistas de iniciação à docência que atuaram em de 41 escolas de Educação Básica, sendo 25 escolas municipais e 16 estaduais.

No decorrer da história houve uma ampliação do Programa na UEMG. Em 2018, a participação no PIBID envolveu 13 cursos de licenciatura e contou com a participação de 315 bolsistas de iniciação à docência. Participaram do Edital 02/2020 264 estudantes bolsistas de iniciação à docência. Em 2022 foram concedidas para a UEMG 408 bolsas de iniciação à docência. Em março de 2023 a Capes publicou a segunda chamada do Edital 23/2022 e a UEMG foi contemplada com mais 288 bolsas para estudantes totalizando 696 bolsas de iniciação à docência para estudantes de 26 cursos de licenciatura.

O Programa de Residência Pedagógica, instituído pela Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, e integra a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

O Programa de Residência Pedagógica, articulado aos demais programas da Capes compõem a Política Nacional e tem como premissa básica o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos, habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação.

Com o objetivo de oportunizar aos estudantes das diversas Licenciaturas a imersão, reflexão e ação sobre e com os processos educativos que ocorrem no âmbito da escola pública, na sala de aula e nos espaços da escola na busca de uma educação de qualidade social, crítica e emancipatória, buscamos, desde sua implantação, a consolidação das aprendizagens que são realizadas nos diversos cursos de Licenciatura em relação às práticas das escolas participantes do programa.

Na UEMG, o programa o Programa de Residência Pedagógica teve início na UEMG em 19 de março de 2018, por meio do Edital 06/2018, abrangendo 05 licenciaturas, 20 escolas das redes municipal e estadual e envolveu 16 professores da educação básica. Foram 190 estudantes participantes/ bolsistas, buscando sempre a promoção da interlocução teoria prática nos cursos de Licenciatura. Na edição de 2020, a Portaria 259 de 27 de dezembro de 2019 garantiu a participação das instituições no processo por meio do edital 01/2020 e a UEMG permaneceu com o total de bolsas do edital anterior. Em 2022, a UEMG ampliou as Licenciaturas participantes do Programa, e permaneceu com o total de bolsas inicialmente garantido pelo edital 06/2018.

METODOLOGIA

As estratégias de formação desenvolvidas ao longo das experiências vivenciadas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e no Programa Residência Pedagógica impulsionam a articulação teoria e prática nos diversos cursos de Licenciatura conduzindo-os em parceria com as redes públicas de educação básica no sentido de ampliar as possibilidades de aprendizado da prática no campo profissional.

Há urgência em oportunizar estratégias de formação metodológica e didática de saberes explicitados em formas de habilidades e competências na BNCC reconhecendo os aspectos relevantes da cultura da comunidade em que nossos alunos estão inseridos por meio da abordagem curricular que permita a emergência de conhecimentos alicerçados em pilares éticos, estéticos, políticos e culturais dos sujeitos presentes nos diversos territórios educativos da UEMG.

Para tanto, são realizados estudos e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para o estudo de casos didático-pedagógicos que surgirem em decorrência da imersão orientada de nossos estudantes nas escolas-campo, trazendo a prática e a experiência dos professores das escolas de educação básica como fonte de articulação com seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos acadêmicos,

desenvolvendo ações específicas nos diferentes espaços escolares e em outros espaços formativos além do escolar.

Essa ação se dá a partir do diálogo e da articulação dos membros do programa com a comunidade escolar, seja na imersão dentro da sala de aula ou em outros espaços em que se são requeridas ações mais pontuais dos (das) estudantes bolsistas.

Com a perspectiva de garantia da parceria já consolidada entre a UEMG e a educação básica, buscamos sempre aprofundar a tríade ensino, pesquisa e extensão, articuladas com a inovação tecnológica, a reflexão e a prática. Também investimos na realização de projetos e eventos pedagógicos nas escolas selecionadas para o desenvolvimento dos subprojetos, de forma que o conhecimento produzido na universidade seja debatido no ambiente escolar; integrando e articulando diferentes áreas do conhecimento, conforme delimitado pela BNCC.

Outras ações que desenvolvemos estão ligadas à elaboração de materiais didático-pedagógicos, o incentivo e fomento à participação dos licenciandos e professores em eventos que contemplem a formação continuada, na docência nas áreas específicas dos subprojetos promovendo e incentivando atividades dos subprojetos para além dos momentos escolares (situações da vida cotidiana, interdisciplinaridade com outras áreas, dentre outros). Outro ponto destacado na forma de condução das atividades dos Programas na UEMG é a busca por valorizar os espaços escolares, bem como seu uso, e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para planejamento e/ou adaptação de atividades metodológicas no ensino das áreas dos subprojetos.

Nesse sentido, cada recurso disponível na escola, seja dentro da sala de aula ou em ambientes como a biblioteca escolar, a sala de recursos para crianças com deficiências ou com desafios na aprendizagem, é constantemente aproveitado pelas equipes, o que impacta positivamente na construção do conhecimento escolar.

Acreditamos que as reflexões aqui empreendidas contribuem para a compreensão da importância dos Programas PIBID e PRP na formação inicial e continuada de professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

A participação em políticas de formação como o PIBID e a Residência Pedagógica, além do estágio curricular, previstas nos cursos de licenciaturas, são importantes instâncias da articulação teoria e prática.

A relação entre teoria e prática é uma das dimensões focalizadas nos documentos oficiais vigentes que regulamentam a formação de professores. A Resolução CNE/CP nº

02/2019 revogou a Resolução CNE/CP nº 02/2015 preservando como um dos princípios da formação de profissionais do magistério para a Educação Básica, “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Os aspectos e especificidades profissionais da formação docente que promovem o desenvolvimento humano de maneira integral e integrada, compreendendo como direito de todas e todos o acesso aos conhecimentos históricos, artísticos, culturais e sociais construídos pela humanidade devem estar presentes nas disciplinas ofertadas ao longo das licenciaturas e são vivenciados nas práticas desenvolvidas pelos Programas PIBID e PRP. Tais aspectos encontram-se em consonância com Decreto Nº 8.752/2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica quando prevê,

a promoção da formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo.

A relação entre a Educação Superior e Escola de Educação Básica, vem sendo discutida e orientada pelas diretrizes legais vigentes, em especial nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação Inicial e Continuada de Professores, pelo Decreto Nº 8.752/2016, pela Portaria CAPES/MEC nº 158/2017, dentre outros documentos que regulamentam e discutem a Formação de Professores.

A articulação entre a formação inicial e a formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação; a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica; a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais são alguns dos princípios constantes nestes documentos.

Em sintonia com essa concepção de formação docente, Zeichner (2010) propõe a criação de espaços híbridos, menos hierárquicos de aprendizagem da docência que possam reunir “professores da Educação Básica e do Ensino Superior, e conhecimento prático profissional e acadêmico em novas formas para aprimorar a aprendizagem dos futuros professores” (ZEICHNER, 2010, p.487).

Destacamos o papel dos Programas de Formação PIBID e PRP na construção da identidade profissional. Pimenta (1999) elucida essa questão, pois, segundo ela, a identidade

profissional, se constrói, quando o licenciado consegue encontrar o significado social da profissão, durante sua formação e durante sua atuação profissional.

“Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante de significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. [...] Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações como outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA, 1999, p.19).

O papel do professor da Educação Básica que atua como Supervisor no PIBID ou como Preceptor no PRP, coloca-o na posição de co-formador de futuros professores.

Diante destes aspectos, é fundamental que estas perspectivas confluem para uma formação docente amparada na concepção do professor reflexivo de sua prática. Sendo assim, “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2007, p. 36)”.


A relação da Universidade com a Educação Básica para a formação do professor intelectual crítico reflexivo é pautada por Pimenta, Garrido e Moura (2000). Segundo os autores, essa concepção de formação configura um projeto pedagógico emancipatório e para que a reflexão possa se enraizar, contribuindo para a compreensão dos fenômenos educativo, é preciso também

[...] rever as relações entre a universidade e as escolas, reconhecendo e respeitando os conhecimentos práticos dos bons professores, vozes ainda ausentes na literatura científica sobre o ensino (Zeichner, 1993, 1995). (PIMENTA, GARRIDO, MOURA, 2000, p. 94)

Outras pesquisas têm evidenciado perspectivas de formação que valorizam as percepções do professor sobre suas práticas e, nesse sentido, defendem a realização de ações colaborativas entre acadêmicos e professores das escolas (FIORENTINI; SOUZA JR.; MELO, 2007; NACARATO, VARANI, CARVALHO, 2007; NACARATO, MENGALI; PASSOS, 2009; ZEICHNER, 2007).


Nesse sentido, a parceria da Universidade com a Escola de Educação Básica efetivada pelos Programas PIBID e PRP possibilita elementos para que os cursos de Licenciatura atendam de forma mais significativas as necessidades colocadas pela realidade profissional docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências do PIBID UEMG apontam o Programa como referência no campo das políticas de educação. Nossos estudos e análise das experiências do PIBID (SANTOS et.al) demonstram que a iniciação à docência vivenciada pelo estudante contribui para a escolha da profissão, para o desenvolvimento profissional de todos os participantes. Com a chegada do Programa Residência Pedagógica em 2018 o PIBID e PRP passam a ocupar espaço de referência na formação inicial dos licenciandos na UEMG. A aproximação da universidade com a escola de Educação Básica, consolidada nas práticas dos dois Programas, vem possibilitando que a escola de Educação Básica seja o lócus de aprendizagem da docência. A articulação entre teoria e prática, entre o campo da formação e o da profissão vem sendo estreitado, tendo o trabalho colaborativo como referência para a aprendizagem e produção de conhecimentos no campo da formação de professores.

O PIBID e o PRP possibilitam uma inserção na realidade escolar, na ação docente, nos saberes dos professores da Educação Básica. Possibilita o confronto entre os sucessos e os insucessos das experiências docentes. Todos, elementos constituintes da autonomia e do desenvolvimento profissional dos licenciandos. A “autonomia, no contexto da prática do ensino deve ser entendida como um processo de construção permanente no qual devem se conjugar, se equilibrar e fazer sentido muitos elementos” (CONTERAS, 2002, p. 193).

As práticas vivenciadas nos Programas permitem compreender o PIBID e o PRP como instâncias formadoras que possibilitam transitar por espaços híbridos. A presença do professor da Educação Básica, do professor da Universidade, o diálogo entre os conhecimentos práticos e acadêmicos e a perspectiva de construção coletiva de práticas colaborativas cria o que Zeichner (2010) denomina como terceiro espaço. Segundo o autor, “os terceiros espaços reúnem o conhecimento prático ao acadêmico de modos menos hierárquicos, tendo em vista a criação de novas oportunidades de aprendizagem para professores em formação” (ZEICHNER, 2010, p.487).

A perspectiva de formação que coloca a prática como experiência e objeto de problematização, reflexão e aprendizagem da docência é vivenciada pelos estudantes pibidianos e residentes. Aprendemos que a iniciação à docência e a residência pedagógica são experiências dialógicas positivas com o ambiente escolar, que ocupa um espaço próprio de atividades relacionais, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica do professor em formação. Os licenciandos experimentam um processo de reflexão e construção de conhecimento sobre a docência que se desenvolve a partir das experiências na iniciação à docência se intensificam durante a residência pedagógica possibilitando aos estudantes experiências que os colocam numa posição de decisão impulsionada pelo diálogo entre os conhecimentos construídos em suas trajetórias acadêmicas e os conhecimentos promovidos pelas ações vivenciadas nos Programas. A imersão dos licenciandos na realidade escolar, conjugada com a possibilidade de participação de todas as situações que envolvem o cotidiano da escola e da sala de aula, se revelaram como integrantes do processo de formação iniciado pela Universidade, aprimorando e atribuindo novos significados à aprendizagem da docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do acompanhamento, do trabalho desenvolvido ao longo destes anos, dos estudos e das análises que empreendemos como coordenadoras institucionais dos Programas PIBID e PRP Como coordenadoras institucionais dos Programas PIBID e PRP reconhecemos que: a instituição escolar, seu currículo, sua organização, seu funcionamento e os saberes vinculados à experiência docente devem articular-se com os demais saberes integrantes da formação docente e que a iniciação à docência e a residência pedagógica devem se dar ao longo do processo formativo de forma sistemática; a iniciação à docência e a residência pedagógicas constituem importante estratégia de aproximação entre teoria e prática, universidade e escola de Educação Básica.

A iniciação à docência e a residência pedagógica favorecem e qualificam a formação inicial e continuada de professores, a necessidade de garantir oportunidades de bolsas para estudantes de Licenciatura como as do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Residência Pedagógica (RP).

O PIBID e o PRP ensinou o caminho do desenvolvimento de diversos diálogos sobre a Educação, com construção permanente de saberes e práticas sobre a ação docente, contemplando diferentes áreas de formação, de forma interdisciplinar.

Aprendemos que, quanto maior a proximidade e a oportunidade de inserção dos licenciandos nos diversos momentos do cotidiano da Educação Básica, mais sólido e consolidado será o seu processo de formação. Mais ampla será a sua percepção de mundo e mais pontual será a sua modalidade de atuar junto aos processos educativos, sobre os quais se tornará responsável.

Desta forma, defendemos a iniciação à docência e a residência pedagógica para todos os licenciandos que optarem por participar, a crescente aproximação da Universidade com a Escola de Educação Básica, incluindo o investimento em trabalhos colaborativos envolvendo professores da Universidade e professores da Educação Básica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Capes, a Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais e suas regionais, as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios participantes do PIBID e do PRP, as Escolas-Campo parceiras que oportunizam as ricas experiências dos Programas, os professores das Escolas de Educação Básica que atuam como Supervisores e Preceptores, os Professores da UEMG coordenadores e orientadores dos subprojetos, os estudantes de licenciatura que abraçam os Programas com dedicação e comprometimento e os estudantes das Escolas de Educação Básica que participam e atribuem significado as experiências mútuas de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014: aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Brasília: Planalto Central, 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a **Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 de Jun. de 2009, Seção 1, p.2

BRASIL. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência** - PIBID e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 de Jun. de 2010, Seção 2, p.11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 2/2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, DF: CNE, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40.

CAPES. **Portaria 158 de 10 de agosto de 2017**. Dispõe sobre a participação das Instituições de Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, Brasília, DF, 11 de agosto de 2017.

CAPES. **Portaria GAB nº. 45, de 12 de março de 2018**. Dispõe sobre a concessão de bolsas e o regime de colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Brasília, DF, 12 mar. 2018.

CAPES. **Portaria GAB nº. 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa de Residência Pedagógica, Brasília, DF, 28 fev. 2018.

CAPES. **Portaria GAB nº. 259, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Brasília, DF, 17 dez. 2019.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORENTINI, D.; SOUZA Jr.; MELO. Saberes Docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. GERALDI, C. M. G; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (orgs). **Cartografias do Trabalho Docente**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

GARRIDO, E.; PIMENTA, S. G e MOURA, M. O. de. A pesquisa colaborativa na escola como abordagem facilitadora para o desenvolvimento da profissão do professor. **Educação continuada: reflexões alternativas**. Tradução. Campinas: Papirus, 2000.

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NACARATO, A. M; VARANI, A.; CARVALHO, V. O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível. Abrindo as cortinas. In: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SANTOS, L. dos; ALMEIDA JR., A. S. ; SANTOS, A. ; GINO, A. S. ; TAVARES, A. G. ; BARROS, E. A. B. R. ; SARTORI, E. C. V. M. ; BEZERRA, E. A. ; GARIGLIO, J. A. ; ARAUJO, M. J. G. M. A. ; ALVES, V. F. N. . **Percursos Formativos de estudantes**

participantes do PIBID em IES mineiras: saberes, práticas e contextos de formação. 2018.
(Relatório de pesquisa).

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira.
8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007

ZEICHNER, K. M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador-acadêmico.
In: GERALDI, C. M. G; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (orgs). **Cartografias do Trabalho Docente**. Campinas, Mercado das Letras, 2007.

ZEICHNER, K. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências
de campo na formação de professores em faculdades e universidade. **Educação**, v. 35, n. 3, p.
479-504, maio/ago. 2010.